

O CORPO QUE CONSTRÓI

Sexopolítica, multidões queer e direito à habitação da população LGBTQIA+ em três países da América Latina

*THE BODY THAT BUILDS:
Sex politics, queer multitudes and the right to housing of the LGBTQIA+ population in three Latin-American countries*

**Yuri Nascimento Paes da Costa¹
e Carlos Henrique Magalhães de Lima²**

Resumo

Brasil, Argentina e México compartilham um cenário de violências contra a população LGBTQIA+. Apesar de representarem as maiores economias latino-americanas, os números de mortes violentas das pessoas desse grupo nestes países evidenciam um problema social significativo. Diante disso, propõe-se investigar caminhos políticos elaborados por esses grupos minoritários não apenas para garantir sua sobrevivência, mas para pensar formas alternativas habitacionais, tema central para o debate urbano contemporâneo. Do ponto de vista teórico, Foucault (2007), Butler (2023), Preciado (2011,2022), Wittig (2022) e Cortés (2008) fundamentam a discussão sobre gênero. A metodologia utilizada é a definida por Gil (2007) como qualitativa, bibliográfica e exploratória. Como resultados, nota-se que Argentina e México diferem do Brasil, com tentativas inovadoras para efetivar moradia à população LGBTQIA+. Já no Brasil, políticas públicas de habitação não conseguem contemplar essa população, entretanto, coletivos e governos locais têm forçado caminhos para subverter o sistema homogeneizante das políticas públicas de habitação.

Palavras-chave: população LGBTQIA+, multidão queer, sexopolítica, habitação.

Abstract

Brazil, Argentina, and Mexico share a violent scenario against the LGBTQIA+ population. Although they represent the largest Latin American economies, the number of deaths of LGBTQIA+ people in these countries highlights a significant social problem. Given this scenario, we propose investigating the political paths these minority groups have developed, not only to secure their survival but also to explore alternative housing options, a central topic in contemporary urban debate. From a theoretical point of view, Foucault (2007), Butler (2023), Preciado (2011, 2022), Wittig (2022), and Cortés (2008) support the discussion on gender. Gil (2007) defines the methodology as qualitative, bibliographic, and exploratory. Consequently, we observe that Argentina and Mexico, unlike Brazil, have made innovative efforts to provide housing for the LGBTQIA+ population. In Brazil, public housing policies fail to consider the needs of the LGBTQIA+

¹ Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UnB), Especialista em Direito Urbanístico e Ambiental (PUC Minas/2019), Arquiteto e Urbanista pela Escola Unicap ICAM Tech (Unicap/2022). Bolsista CAPES.

² Doutor em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (UFRJ/2016), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UnB/2008), Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UnB/2006), Docente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (UnB).

population; however, collectives and local governments have devised innovative ways to challenge this homogenizing system.

Keywords: LGBTQIA+ population, queer multitudes, sex politics, housing.

Introdução

Em junho de 2021, no centro histórico da cidade de Recife³, Roberta Nascimento, mulher trans, era queimada viva por um homem que não a conhecia. Apenas dois anos após o seu assassinato é que a justiça reconheceu a identidade de Roberta como uma mulher. Em novembro de 2023, no estado mexicano de Aguascalientes⁴, o primeiro magistrado não-binário e ativista LGBTQIA+, Jesús Ociel Baena Saucedo, foi encontrado morto junto de seu companheiro. Um assassinato movido pela homofobia. Ainda em novembro de 2023, dias após a eleição de Javier Milei à presidência da Argentina, o “Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad” é evacuado após duas ameaças de bomba e a sua ministra, Ayelén Mazzina, lesbica, feminista e ativista dos direitos LGBTQIA+, é ameaçada de estupro corretivo e morte.

As três notícias têm muito em comum: além de terem ocorrido nas maiores economias da América Latina (Brasil, México e Argentina), também relatam a situação persistente de ameaça às vidas LGBTQIA+ nas cidades latinoamericanas (Butler, 2023). De acordo com dados do *Observatorio de crímenes de odio LGBT+: motivados por discriminación por orientación sexual, expresión e identidad de género* (Buenos Aires, 2022), 129 crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ foram cometidos na Argentina em 2022. Já o México teve 231 mortes de pessoas LGBTQIA+ no triênio 2021 a 2023, de acordo com o coletivo LetraEse (2023). E de acordo com o Dossiê de LGBTIfobia Letal, produzido pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil (2024), o Brasil registrou 230 mortes violentas em 2023.

Esses dados revelam que a condição precária aludida por Butler (2023) não se dá da mesma forma para todos os grupos sociais. Para Butler (2023), a distribuição dessa condição se dá de forma desigual: algumas vidas valem mais do que outras, algumas vidas são mais invisibilizadas, negligenciadas e “morríveis”. Ao construir esse pensamento, Butler (2023) está diretamente dialogando com as ideias de Foucault (2022) sobre biopolítica e biopoder, ou seja, ao conjunto de práticas e estratégias através das quais os governos regulam a vida dos indivíduos e das populações. Tanto para Foucault como para Butler, os governos usam a perpetuação de altos índices de violência e mortes ante corpos cuja existência e sexualidade se desviam da normalidade cisheteronormativa compulsória, corpos descritos por Rubin (1984) como dissidências sexuais⁵, para controlar a vida humana e até mesmo a organização das cidades.

³ Recife é a capital do Estado de Pernambuco, situada no Nordeste brasileiro. É a nona cidade mais populosa do Brasil e é a capital mais violenta para população LGBTQIA+ de acordo com os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP PE).

⁴ Aguascalientes é a capital do estado mexicano de mesmo nome. Apesar de ser um dos menores estados mexicanos, é considerada a 14ª cidade mais populosa do país e a mais segura para se viver na região central. Apesar disso, foi cenário de um homicídio motivado por homofobia que reacendeu o debate sobre segurança da população LGBTQIA+ no país.

⁵ O termo “dissidências sexuais” foi empregado pela primeira vez por Gayle Rubin em 1984 e se refere às práticas, sexualidades, identidades e subjetividades que desafiam as normas sexuais hegemônicas e enfrentam estigmatização, marginalização e repressão. O termo vem sendo apropriado nos últimos anos pela população LGBTQIA+ em resposta a termos mais institucionalizados e neutros como “diversidade”, com intuito de incluir corpos desobedientes, de afronta, de desconstrução do homem branco ocidental cisheterossexual.

Dentro de uma perspectiva das dissidências sexuais e do controle de corpos e sexualidades, também podemos situar Preciado (2022), que adiciona a “sexopolítica” como uma das formas da biopolítica. Para o filósofo, “os órgãos sexuais, as práticas sexuais e também códigos de masculinidade e feminilidade e outras identidades desviantes entram no cálculo do poder do Estado” (Preciado, 2022, p. 21). Sexualidade e gênero, para além das regulações de mercado, integram disputas de territórios entre nações, reservas de bens naturais e acúmulo de capital. Por isso, também estão entre os objetivos de controle do Estado, funcionando como um verdadeiro sistema heterocêntrico⁶ (Preciado, 2022). Apesar de não direcionar de forma expressa questões do urbanismo e do direito à habitação em seus debates, como Butler (2023) o faz, Preciado (2022) faz uma importante contribuição ao afirmar que neutralidade e universalização pretendida por muitas políticas públicas - dentre elas destacamos as políticas de habitação -, especialmente a partir do viés do gênero, também são formas de interpretar o sistema da sexopolítica através de seus dispositivos de controle do que o autor denomina corpos desobedientes aos marcadores de gênero. A ideia de um sistema heterocêntrico (Preciado, 2022), baseado em uma totalização dos corpos em “normais”, “heterossexuais” e “reprodutores”, tem como intenção eliminar qualquer dissidência que ameace a célula-base da estrutura cisheteronormativa dominante: a família burguesa. No entanto, para Preciado (2011), esse sistema não opera sobre um corpo inerte e inativo. Esse corpo desobediente responde ou, como afirma Butler (2023), entra em estado de luto, tendo a capacidade de criar discursos contrahegemônicos e de desmantelamento interno do sistema. Assim, a sexopolítica não é mais apenas um espaço para biopoder, mas também uma chance de unir diferentes movimentos de minorias sexuais, o que cria multidões *queer*.

As multidões *queer* é um termo que foi utilizado por Paul Preciado pela primeira vez no artigo “Multidões *queer*: notas para uma política dos anormais”, publicado na Revista Estudos Feministas em 2011. O termo se refere a uma oposição ao discurso da diferenciação sexual explorado pelo feminismo clássico (natureza masculina *versus* natureza feminina) e prevê a flexibilidade na concepção de corpos, gêneros e sexualidades, desconstruindo, ainda, identidades sexuais dicotômicas, binárias. Além disso, o termo provoca um deslocamento do discurso da existência de uma origem natural dos corpos, sexos e sexualidades para um campo maior de expressões, performatividade e multi-identidades. O conceito de multidões *queer* permite, assim, que singularidades, pautas identitárias, encontrem dentro de suas diferenças espaço para novas práticas, novos pensamentos, novas estratégias, dando ensejo a uma verdadeira política das multidões.

O termo “multidões *queer*” será nossa lente para os movimentos sociais e políticos de inclusão da população LGBTQIA+ nas políticas públicas de habitação na Argentina, México e Brasil. Além disso, também se propõe levantar algumas questões: a) como tem ocorrido a inclusão da população LGBTQIA+ em políticas públicas de habitação?; e b) como têm agido os movimentos sociais, coletivos e políticos de luta LGBTQIA+ diante da questão habitacional? São perguntas para as quais não há resposta imediata, o que nos permite efetuar uma leitura prospectiva e exploratória. Além da análise dos debates mais recentes sobre direito à habitação da população LGBTQIA+ na Argentina, México e Brasil, também buscaremos fundamentar as discussões nos conceitos de biopolítica e biopoder de Foucault (2007); vidas precárias de Butler (2023); multidão *queer* e sexopolítica de Preciado (2011, 2022); e políticas do espaço e controle social

⁶ O termo “sistema heterocêntrico” aparece pela primeira vez na obra Testo Junkie: Sexo, Drogas e Biopolítica (2008), onde Paul B. Preciado o define como uma estrutura social que centraliza e privilegia a heterossexualidade como norma dominante. O sistema heterocêntrico, de acordo com Preciado (2008), é responsável por sustentar discursos de que as relações heterossexuais são as únicas naturais e legítimas e que todas as outras devem ser marginalizadas, controladas e patologizadas.

de Cortés (2008).

A metodologia, de acordo com Gil (2007) e Deluchey (2012), utilizada no presente trabalho é a qualitativa, bibliográfica, exploratória, que busca proporcionar visão geral, aproximativa, sobre movimentos sociais, coletivos e políticas públicas de habitação para a população LGBTQIA+. Dessa forma, a metodologia se desenvolveu nas seguintes etapas: 1) levantamento bibliográfico acerca da arquitetura, urbanismo, habitação e gênero. Importante destacar que propomos um recorte mais ampliado quando em gênero para que se possa incluir dissidências; 2) análise e aprofundamento dos conceitos de sexopolítica e multidões *queer* de acordo com Preciado (2011); e 4) análise de dados coletados em três cenários (Brasil, México e Argentina) sobre iniciativas que têm buscado formas de introduzir grupos sociais minoritários dentro de programas nacionais de habitação. Além dessas etapas, cabe esclarecer que ainda foi realizada uma visita de campo à cidade de La Rioja (Argentina) em janeiro de 2024, na qual foi possível coletar informações e dados específicos sobre as primeiras unidades habitacionais dedicadas às mulheres e população LGBTQIA+ e subsidiadas por um Governo Federal em articulação com um coletivo de mulheres transexuais.

Este artigo caracteriza, ainda, uma primeira etapa de investigação mais ampla de mestrado, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sobre políticas públicas de habitação e questões de gênero a partir de cenários na Argentina e no Brasil. Espera-se, com as discussões, trazer para o debate dos direitos da população LGBTQIA+ pautas que restaram pendentes nas últimas décadas, porém essenciais para a qualidade desse recorte populacional.

Sexopolítica e multidões *queer*

A vida biológica das populações e todos os seus aspectos – como saúde, higiene, reprodução, sexualidade – fazem parte da administração do Estado, que efetua esse controle a partir de tecnologias e estratégias/dispositivos politicamente construídos. A esse conjunto geral de dispositivos que exercem poder sobre a vida, definido por Foucault (2007) como biopoder, há um correspondente material concreto exercido no dia a dia pelo Estado e pelas instituições da sociedade (medicina, igreja, escola, família). Assim, a biopolítica, instrumento concreto do biopoder, se transformou em um mecanismo indispensável para inscrever valores preciosos para o capitalismo e o pensamento moderno nos corpos das populações. Para Foucault (2007, p. 174), “se o desenvolvimento dos aparelhos de Estado garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica” se aplicaram aos processos econômicos, ao seu desenrolar e às forças que os sustentam. Eles também atuam como fatores de segregação e hierarquização social, controlando as forças de ambos os lados e garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia. A acumulação econômica.

Para Foucault (2007), a sexualidade é um dos pontos principais pelo qual é possível compreender a complexidade existente por trás do controle de corpos e da vida coletiva. Foi através do escrutínio e da regulação da sexualidade pela Medicina, pela Igreja e pelo Estado, sobretudo após o século XVIII, que, por exemplo, a sexualidade e corpos de mulheres e de sujeitos desviantes dos marcadores de gênero passaram a ser desmoralizados, ilegítimos se não servissem à célula familiar, parte responsável por perpetuar o modelo conjugal que incita o segredo sobre os corpos, sexos e que não questiona a única finalidade do sexo permitida dentro do mundo moderno e capitalista: aquele com fins de reprodução, que garanta a sobrevivência desse modelo de sociedade.

Para Preciado (2022), o pensamento de Foucault ilustra muito bem a passagem de uma forma de poder que decide e ritualiza a morte, muito comum nos regimes absolutistas, para uma nova forma de poder que calcula tecnicamente a vida coletiva na sociedade moderna. Entretanto, para Preciado, essa passagem não pode ser entendida como um pensamento estanque, é preciso avançar para acompanhar novas complexidades sociais na vida contemporânea. Assim, ao retomar pensamentos de Lazzarato (2006), Haraway (1984) e Wittig (2022), Preciado (2022) acrescenta que não só a sexualidade é objeto de interesse ao capital, mas também os órgãos sexuais, a capacidade de reprodução, os papéis sexuais passam a ser campos disciplináveis, correlatos ao capital.

Ao acrescentar esses novos elementos como campos disciplináveis pelo Estado, Preciado (2022) dá origem ao conceito de “sexopolítica”, elemento fundamental para compreender os impactos da biopolítica nas subjetividades contemporâneas. A sexopolítica de Preciado (2022) tem como objetivo produzir um impacto direto na forma como as pessoas percebem seus corpos e desejos. Suas provocações abrangem as influências que o sexo, a sexualidade e o gênero exercem sobre as mídias, os discursos, a semiótica e as trincheiras sociais que apoiam os sistemas de poder cisheteronormativos e predominantes.

A sexopolítica, portanto, também está diretamente relacionada ao que Preciado (2022) chama de “sistema heterocêntrico”, ou seja, aquele sistema social e político no qual vivemos, onde a heterossexualidade ordena todas as relações humanas e toda produção de conhecimento, inclusive os processos que fogem do consciente. Importante esclarecer que esse sistema heterocêntrico será baseado em valores preocupados em universalizar existências, corpos e saberes, e ainda terá como premissas a teoria da diferenciação sexual e na construção da categoria binária de gênero e sexo, uma construção inquestionável, inalterável e essencialista que visa diminuir ou eliminar a participação da diversidade e dos desviantes.

O conceito de sexopolítica em Preciado (2022) é essencial para poder acessar outro conceito importante para o presente trabalho: o das multidões *queer*. Diferente do que entendeu Foucault, da sexualidade e do gênero como produto de um conjunto de discursos ao longo dos séculos, Preciado entende que o gênero e o sexo não são simplesmente o efeito de um sistema fechado de poder, nem o fruto de discursos que recaem diante de uma matéria passiva, mas “o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (da medicina à representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais” (Preciado, 2011, p. 14). Para entender essa reapropriação, podemos utilizar as palavras de Lauretis (1987), em sua obra *Tecnologias do Gênero*, que também faz menção à Wittig ao argumentar que Monique Wittig recupera o sentido da opressividade do poder justaposto nos conhecimentos institucionalmente controlados, um sentido que, de certo, foi perdido quando o foco do pensamento passou a ser colocado mais na ideia de poder de Foucault. Dessa maneira, assim como Preciado (2022), Lauretis (1987) também entende que uma construção do gênero “também existe nas margens dos discursos hegemônicos, propostos de fora do contrato social heterossexual e inscritos em práticas micropolíticas. Tais termos também contribuem para a construção do gênero” (Lauretis, 1987, p. 227).

Essas práticas micropolíticas contrahegemônicas, mencionadas por Lauretis (1987), também observadas por Haraway (1984) quando menciona *artivism*⁷ e a obra de Chela

⁷ O termo *artivism* está presente na obra de Chela Sandoval desde 1981 no texto *Feminism and racism: a report on the 1981 National Women's Studies Association Conference*, contudo ganha corpo e contornos

Sandoval em *O Manifesto Ciborgue*, é a potência política encontrada por Preciado (2011). São elas que ilustram que os corpos não são dados passivos sobre o qual o biopoder simplesmente age. São essas práticas que vão possibilitar que a sexopolítica se torne não apenas um lugar de poder e de opressões, mas também de criação no qual se “sucodem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais. As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão⁸ torna-se *queer*” (Preciado, 2011, p. 14).

Contudo, na construção do conceito das multidões *queer*, Preciado (2011) chama atenção para algumas armadilhas epistemológicas a serem evitadas. A primeira delas, diz respeito à necessidade de evitar pensar o conceito como um tipo de segregação política. Nesse sentido, o filósofo destaca que é preciso fugir do pensamento neoconservador que colocaria de um lado as multidões *queer* e de outro lado as pautas identitárias. Sobre essa armadilha, podemos conjecturar melhor a partir de dois pensamentos: um elucidado por Wittig (2022) e outro por Quinalha (2022). Para Wittig (2022), não precisamos nos suprimir enquanto indivíduos para constituir a base de um grupo; e, como ninguém pode ser reduzido à sua opressão, somos confrontados com a necessidade histórica de primeiro nos constituirmos como sujeitos individuais de nossa história. Assim, para a escritora francesa, “não há luta possível para pessoas destituídas de identidade e sem motivação interna para lutar” (Wittig, 2022, p. 49). Quinalha (2022) também segue a mesma linha de pensamento de Wittig ao afirmar que as identidades são pontos de partida para a mobilização de interesses comuns, mas também acrescenta argumentos à questão ao dizer que as identidades também são um tipo de construção de nossa subjetividade em relação às estruturas de poder e de desigualdade que organizam nossa sociedade. Para Quinalha (2022), as subjetividades possibilitam que se crie uma dimensão coletiva às individualidades e se atribuam novos valores para experiências concretas de violência e sofrimento.

A outra armadilha epistemológica a ser evitada, de acordo com Preciado, é ignorar os privilégios da maioria heterossexual e não reconhecer esse sistema como dominante e opressor. Em *Manifesto Contrassexual* (Preciado, 2022), o autor apresenta uma reflexão sobre as práticas universalizantes da maioria heterossexual, ao afirmar que o sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural, mas, na verdade, uma “tecnologia de dominação heterossexual que reduz corpos e subjetividades a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros” (Preciado, 2022, p. 36).

Indo mais além e buscando inspiração nas próprias fontes que Preciado revisita em seus escritos, o que a segunda armadilha prevista pelo autor evidencia são alguns pontos de debate trazidos por Haraway em *O Manifesto Ciborgue* (Haraway, 1984) e Lauretis em *Tecnologias do Gênero* (1987), ou seja, é preciso ter em mente que, na sociedade em que vivemos, onde os corpos, o gênero, o sexo e a vida coletiva, a linguagem, os discursos, a forma de pensar são controlados, é necessário apostar em caminhos para dismantlar esse sistema, tanto nas margens, mas também por dentro desse sistema heterocentrado. É necessário corroer as estruturas patriarcais e seus

mais definidos em 2008 com o artigo *Chicana/ o Artivism: Judy Baca's digital work with youth color*, feito por Chela Sandoval em parceria com Guisela Latorre.

⁸ O conceito de multidão explorado por Preciado (2011) foi introduzido por Antonio Negri e Michael Hardt na obra *Multitude: war and democracy in the age of empire* e se refere a uma forma de pensar a coletividade política na era contemporânea. A multidão, de acordo com Negri e Hardt (2004), é composta por um conjunto de singularidades, que muito além de ser lido como uma massa passiva, encontra em suas diferenças força e criatividade para suplantarem sistemas políticos de opressão. A multidão se caracteriza, assim, pela cooperação, pela resistência, e pela possibilidade de descentralizar as suas operações.

conceitos preciosos de dominação com base na teoria da diferenciação dos sexos, dos papéis de gênero, do sexo como mecanismo de reprodução, da vida familiar conjugal submissa, da domesticidade e dos arranjos espaciais de confinamento de mulheres e pessoas LGBTQIA+, e das políticas universalizantes e dos territórios excludentes.

Dessa maneira, os conceitos apresentados de sexopolítica e de multidões *queer* por Preciado (2011, 2022) podem ser utilizadas como ferramentas para subverter as regras que o contrato social heterossexual determina para os corpos e vida coletiva. Ademais, é também dentro das reflexões da sexopolítica e das multidões *queer* que entendemos a possibilidade de subjetividades LGBTQIA+ serem valorizadas dentro de uma luta coletiva pelo direito à moradia, que essas multi-identidades podem ser inclusive o ponto de partida inicial para uma mobilização maior, para construção de políticas habitacionais mais inclusivas, diversas e democráticas. Esses casos empíricos encontrados na Argentina, México e Brasil ajudam a ilustrar que pensar em políticas de habitação ou, até mesmo, projetos habitacionais para comunidade sexo-gênero dissidente não provocará, necessariamente, espaços segregados, gentrificados e/ou guetos. O que os casos empíricos podem revelar é que, diante do cenário de violências e mortes ao qual os corpos LGBTQIA+ estão expostos na América Latina, essas políticas e projetos podem ser estratégias para dar ensejo ao desejo interno dos sujeitos pelo direito a serem vistos e reconhecidos dentro das políticas e dentro dos espaços da cidade, ao mesmo tempo em que pode fortalecer a pauta coletiva pelo direito à moradia e, conseqüentemente, permitir o acesso a outros direitos e garantias fundamentais.

Desfazendo a armadilha do gueto: uma perspectiva do direito à moradia para população LGBTQIA+

Preciado (2011) argumenta que o discurso de alguns políticos, filósofos e pensadores pode não estar tão comprometido em eliminar as estruturas do pensamento binário (homem e mulher, homossexual e heterossexual, público e privado). Isso se deve ao fato de que esses atores frequentemente discutem a ideia de “guetização” das comunidades *queer*. Preciado (2011) ilustra essa contradição a partir da revisão dos trabalhos de Foucault. Isso é particularmente evidente na decisão do governo francês de se afastar da Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR) na França, pois acredita que a adoção de pautas muito identitárias poderia resultar em segregação e empobrecimento das discussões políticas, sexualidade e corpo. No entanto, Preciado (2011) mostra que a própria experiência de Foucault refuta essa afirmação, pois ele encontrou espaço para a apreciação de novos estilos de vida, corpos e prazeres em comunidades gays, lésbicas e SM⁹ no bairro do Castro. É impossível não adiantar algumas das discussões a serem abordadas mais adiante no presente artigo, considerando a analogia com a contradição encontrada no discurso de Foucault por Preciado. Os conjuntos habitacionais *Renacer I* e *Renacer II*, que formam o primeiro bairro LGBTQIA+ da cidade de La Rioja (Argentina), são excelentes exemplos para quebrar essa armadilha potencial da guetização. Esses conjuntos habitacionais são resultado de um programa habitacional federal chamado *Habitar en Igualdad*, que começou em 2019. Ele é resultado de esforços do Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade da Argentina e do Ministério do Desenvolvimento Territorial da Argentina para construir, financiar e destinar fundos para projetos de habitação, desenvolvimento urbano e formação profissional para pessoas LGBTQIA+ e mulheres em situação de

9 O termo SM, abreviação de sadomasoquismo, se refere à prática sexual definida pela junção do sadismo (prazer em ver o sofrimento alheio) e masoquismo (prazer através do próprio sofrimento). De acordo com o dicionário Laplanche (1995), a junção do termo se deu pelo psicanalista Freud em 1915 em sua obra “As pulsões e suas vicissitudes”.

vulnerabilidade e violência doméstica.

Apesar de ser um projeto inovador e de possuir um contexto histórico de construção de direitos à população LGBTQIA+ e mulheres na Argentina, o *Habitar en Igualdad* não encontrou adesão entre outras províncias do país. Nem sequer em sua capital, Buenos Aires, que possui um histórico de recepção de políticas progressistas, houve interesse em aderir ao programa habitacional. Os motivos para essa não-adesão foram investigados através de uma visita de campo a La Rioja e de uma conversa realizada em janeiro de 2024, no Congresso Nacional Argentino, com a deputada riojana Hilda Aguirre. A deputada, junto com o movimento de mulheres transsexuais e trabalhadoras do sexo, foi a responsável por articular o desembaraço de terras para a construção de 25 unidades habitacionais e pela adesão ao programa pela província de La Rioja. A congressista ressaltou, entretanto, que a razão para o desinteresse das outras províncias foi o temor de possíveis prejuízos ao capital político, já que muitos políticos e setores da direita e extrema-direita comparavam o programa habitacional às políticas de guetização sofridas pelos judeus durante a 2ª Guerra Mundial e pela população negra em centros urbanos norte-americanos. Esse discurso causou debates e pânico moral nas redes sociais (como se percebe nas figuras 1 e 2), gerou espetacularização nas mídias argentinas e obstaculizou o envolvimento das outras províncias no programa habitacional. Apesar desse cenário, especialmente agravado em 2023 e 2024 pela retomada dos discursos de ódio e intolerância trazidos pela campanha do atual presidente da Argentina, Javier Milei, a cidade de La Rioja seguiu adiante e, em abril de 2024, onze unidades habitacionais (das 25 previstas) foram entregues a mulheres e homens transsexuais, travestis, lésbicas e gays.

Em seu texto “Multidões *queer*: notas para uma política dos anormais”, Preciado (2011) não abordou detalhadamente a armadilha montada pelo discurso da guetização da comunidade sexo-gênero dissidente, sobretudo perante o direito à moradia da população e de políticas habitacionais. Contudo, a hipótese da guetização tem acompanhado este artigo, que é fruto de uma dissertação de mestrado em andamento do autor principal e orientado pelo coautor deste texto¹⁰. Até o momento, narrativas de que “políticas habitacionais a um grupo populacional específico segregam a cidade”, “que estes grupos populacionais serão excluídos e não incluídos na cidade”, “qual a diferença do habitar da população LGBTQIA+, não somos todos iguais?”, “não há literatura robusta” ou, em especial, “estes exemplos não podem virar guetos?”, aparecem ao redor da temática “políticas de habitação para comunidade sexo-gênero dissidente”, e também aparecem dentro do meio acadêmico das políticas públicas, do planejamento urbano e do direito à habitação.

Além da falta de interesse político dos governos para propor e apoiar projetos, programas e políticas de habitação para a população LGBTQIA+, situação mais do que evidente diante do apagamento desse recorte populacional em políticas públicas, podemos encontrar dentro de uma perspectiva *queer* alguns motivos para a construção do discurso da guetização: I) o uso do termo gueto vem sendo utilizado de maneira descritiva e não analítica pelas ciências sociais e por vários setores da sociedade, II) a biopolítica contemporânea utiliza da linguagem e dos discursos para exercer uma influência direta em dispositivos que regulam o direito à habitação, III) há um arrefecimento da investigação por parte de arquitetos, urbanistas e planejadores das cidades sobre o tema da habitação por uma perspectiva de gênero.

10 A dissertação em construção tem o título de “Políticas habitacionais sob a perspectiva de gênero: limites e possibilidades a partir de um estudo”, está sendo desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU Unb) e centra-se, especialmente, nas experiências do *Habitar en Igualdad* na cidade de La Rioja.

Martin Menem 18 de abril de 2022 ·
"ESTAMOS EN CONTRA DEL BARRIO LGBT, NO TIENE NADA DE INCLUSIÓN"
Hace poco, me reuní con referentes de una comunidad trans de La Rioja. Las mismas, plantearon la necesidad de generar políticas de trabajo reales y no hacer pura demagogia para generar votos como viene haciendo actualmente en la Provincia y en el País. Puntualmente me quedó una frase muy cierta que dijeron: "El barrio LGBT solo es demagogia. No sirve de nada, no es inclusión. Al contrario, solo termina excluyendo. Estamos totalmente en contra". Y es que, en esta reunión, estuvimos de acuerdo en que el Estado no debería regalar...

Romii Sanchez · Jun 17, 2021
Es verdad no hay inclusión, al contrario es como excluirlos a todos en un sector y q no se vean. Dnd vez la inclusión ahí? Si uno recibe todo de arriba nunca sabe lo q es el sacrificio y el valor de las cosas. Hay un dicho q dice dale pescado y sacarán el hambre, pero enséñales a pescar y nunca más pasarán hambre.

Francisco Zappi @FRANCISCOZAPPI · Jun 17, 2021
A lo Ghetto de Varsovia.
Se todos los ciudadanos, para que todos puedan crecer por sus propios medios y puedan dejar de ser dependientes. Porque esa es la salida que vemos efectiva desde La Libertad.

SilvioLimaB2022 @B202217 · Jun 17, 2021
Na bosta

MANU @manucocor · Jun 17, 2021
Las tasas de suicidio, drogadicción, delincuencia, trata y prostitución del barrio:

ON1_1998 @ONI_MatiasCruz · Jun 17, 2021
me recuerdo a los ghettos pero este seria de locas

José Luis Mediavilla · Jun 17, 2021
Nada menos inclusivo que un barrio solo para la comunidad LGBT...

1 dolar | **1 fernet** | @1dolar1fernet · Jun 17, 2021
Pasó Hitler y dijo que se fueron a la mierda

Viviana Canosa criticó la construcción del barrio LGBT+ en La Rioja: "Si esto les parece una buena idea estamos en el horno"

Todo Zurdo es Miliquero @MalpensadaBolso · Jun 17, 2021
Y les van a regalar unas estrellas amarillas para que las cosan en sus prendas, a rayitas verticales. Muy innovador!

GHETTO
EINE WAHRE GESCHICHTE
NACH DEM WEITWEIT ERFOLGREICHEN THEATERSTÜCK VON JOSHUA SOBOL

O primeiro motivo, a utilização do termo gueto de forma descritiva e não analítica pelas ciências sociais e sociedade em geral, foi encontrado dentro dos estudos do filósofo francês Loïc Wacquant (2004). O termo foi inicialmente usado para descrever concentrações de moradias de judeus europeus em áreas portuárias, marcadas por patologia e precariedade. Com o tempo, tornou-se sinônimo de distritos urbanos degradados, reunidos por classes dominantes, especialmente norte-americanos, e caracterizados por degradação urbana, construções precárias, imigrantes, superpopulação, crime, expulsão, sujeira e falta de participação na vida nacional. Para os pensadores da época, os guetos foram criados naturalmente a partir do desejo compartilhado de indivíduos para compartilhar vidas e culturas. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, o termo foi transformado para incluir áreas urbanas de confinamento judaico na Alemanha e enclaves urbanos densificados pela população negra nos Estados Unidos. A partir da década de 1990, o termo *ghetto* começou a eliminar conceitos de raça ou poder, redefinindo-o como qualquer grupo de extrema pobreza, independentemente da sua população ou composição institucional.

Na década de 1990, o termo *ghetto* também absorveu conceitos de estudos sociológicos da comunidade gay e lésbica, especialmente após os movimentos de libertação homossexuais após as revoltas de Stonewall¹¹. Wacquant (2004) define o gueto como um dispositivo de organização social composto por quatro elementos: estigma, fronteira, confinamento espacial e encapsulação institucional. Para ser chamada de gueto, uma área deve materializar relações de poder assimétricas entre grupos étnico-nacionais (estigma), ter limites espaciais e psicológicos bem delimitados (limite), ser um espaço de confinamento imposto e abrangente (contenção espacial), e ter seu próprio sistema de gestão (encapsulamento institucional) que permita ao grupo isolar-se e reproduzir-se dentro do perímetro estabelecido por outro grupo dominante. Assim, entender sumariamente que políticas de habitação, conjuntos habitacionais, ou até mesmo bairros desenhados, pensados e ocupados pela comunidade sexo-gênero dissidente são guetos, reduz bastante o debate para a categoria meramente descritiva e não analítica, conforme defendido por Wacquant (2004). Entretanto, é preciso ainda ter cautela ao apoiar políticas públicas que reforcem estigmas, que criem fronteiras/barreiras espaciais e psicológicas, que gerem a sensação de confinamento espacial e que deem ensejo à encapsulação institucional por grupos minoritários. Nesses cenários, efeitos negativos sobre esses grupos podem ser produzidos, como controle e vulnerabilização/exposição de seus corpos.

Outra reflexão que pode ser feita para não cair na miscelânea de significados para o termo gueto é de que esse discurso pode estar servindo de ferramenta para o fortalecimento da biopolítica contemporânea, especialmente para a propagação do discurso heterocentrado, de universalização de conceitos e de uma linguagem com circuito fechado, que não permite espaço para dissidências, desobediências e corpos transgressores dos signos impositivos do sistema sexo-gênero. Essa linha de pensamento nos leva ao segundo motivo: a biopolítica contemporânea utiliza a linguagem e os discursos para exercer uma influência direta em dispositivos que regulam o direito à habitação. Esse cenário, evidenciado pelo controle dos discursos e da linguagem, é encontrado, por exemplo, na realidade de políticas públicas destinadas à população LGBTQIA+ no Brasil. O maior instrumento censitário do país, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mesmo sendo provocado pelo judiciário, recusou-se a fazer uma análise do perfil populacional da comunidade LGBTQIA+. Esse apagamento sinaliza muito mais que uma simples ausência de dados sobre como e onde vivem essas pessoas ou até mesmo quantas são e o que fazem. É o exemplo de que as estruturas do sistema heterocêntrico impossibilitam a estruturação de políticas específicas que sejam eficientes e que garantam a salvaguarda de direitos sociais para a comunidade sexo-gênero dissidente. O que ocorre no IBGE é percebido em vários outros instrumentos de políticas públicas, textos de lei, decretos e portarias, que costumemente eliminam dissidências em nome do funcionalismo, da universalização e da eficiência.

Em termos de políticas públicas de abrigo, acolhimento e de habitação, elementos cruciais para a sobrevivência da população LGBTQIA+ no Brasil, também é possível observar o controle dos discursos. Tanto o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como a Política Nacional de Habitação (PNH) e o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) não mencionam as dissidências e a diversidade que estas abrigam. Não há normativas que adaptem ou procurem entender, por exemplo, as especificidades do Acolhimento Institucional para a comunidade LGBTQIA+. Esses equipamentos sociais, que têm como objetivo garantir abrigo temporário e assistência social, muitas vezes,

¹¹ As Revoltas de Stonewall, em junho de 1969, foram protestos da comunidade LGBTQIA+ contra frequentes ações repressivas da polícia em bares e espaços frequentados pela comunidade em Nova York, marcando o início do movimento moderno pelos direitos LGBTQIA+.

não conseguem acolher mulheres transsexuais e travestis que dependem da rua e da prostituição para retirar seu sustento. De igual forma, encontram dificuldade em acolher homens trans, pessoas não-binárias, pelo forçoso discurso binário (homem *versus* mulher) presente nas normativas institucionais. Outro exemplo pode ser observado no maior programa habitacional brasileiro, o MCMV, que não prevê como público prioritário para acesso à habitação a comunidade LGBTQIA+, apesar de esses sujeitos estarem constantemente expostos à homofobia familiar (Schulman, 2012) e a processos de violência nos espaços públicos.

Essa violência presente tanto no espaço privado quanto no espaço público, que vimos na sessão anterior, e que corpos desviantes enfrentam na vida cotidiana, é a ponte que nos leva ao terceiro motivo que contribui para o discurso de guetização de espaços e comunidades *queer*: o arrefecimento da investigação por parte de arquitetos, urbanistas e planejadores das cidades sobre o tema da habitação sob uma perspectiva de gênero. Nos últimos cinco anos, na América Latina, foram identificados apenas 97 trabalhos (artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado) em português e 58 em espanhol que se dedicam à temática, totalizando 155 trabalhos. Desses, apenas 33, o que representa 21,9%, abordam especificamente a questão da habitação para a população LGBTQIA+. Sobre esse lapso no campo das discussões em arquitetura e urbanismo, Colomina (2023) conjectura que, apesar do vasto legado de profissionais de diversos campos que contribuíram para a expansão do tema da habitação no campo da arquitetura, ainda persiste uma contradição. Embora a arquitetura projete para pessoas, muitas vezes negligencia o papel central que as subjetividades podem assumir em um projeto habitacional, não indo além dos cânones da funcionalidade, das dimensões de ergonomia utilizadas como medidas projetuais ou dos parâmetros estéticos a serem inculcados.

Esse ofuscamento das subjetividades nos projetos de arquitetura não é um processo antigo; tomou força principalmente a partir da ascensão do movimento moderno na arquitetura e seu alastramento no urbanismo. As premissas modernistas de estandardização e universalização do desenho em prol do funcionalismo e da máxima eficiência se mostraram o argumento perfeito para que o neoliberalismo e o capitalismo prosseguissem com políticas de maximização de lucros e expurgo da diversidade nos centros urbanos. A vida cotidiana e o bem-estar social passaram a ser privatizados, a estrutura da vida cotidiana foi precarizada, os centros urbanos esvaziados, e suas habitações se tornaram um produto massificado, sem refletir os diversos modos de vida existentes. Assim, de acordo com Cortés (2008, p. 126-127), as linguagens e códigos (como o discurso, desenho, projetos e planejamento), que utilizam a neutralidade técnica e meramente descritiva, contribuem diretamente para a perpetuação de discriminações e “se transformam em estratégias espaciais e de planejamento que sustentam ideias de subordinação do feminino e que negam a existência social das minorias.”

Caminhos encontrados pelas multidões *queer* para construir políticas públicas de habitação em três países da América Latina

Na América Latina, as perspectivas de gênero nas políticas de habitação se encontram em um processo difícil de consolidação e não apresentam diversidade de programas e tipologias que atendam a uma pluralidade sexual. Nas últimas décadas, muitos programas nacionais de financiamento ou produção de habitação social têm colocado as mulheres como grupo prioritário, buscando estabelecer uma equidade de gênero. Contudo, esse modelo ainda reproduz uma lógica cisheteronormativa que já não atende à diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais contempladas pela contemporaneidade. Programas como o *Programa Vivienda Digna* para chefes

de família no México (SEDATU, 2014), *Mi Casa Ya* na Colômbia (Colômbia, 2022), *Programa Nacional de Vivienda Social* do Equador (Equador, 2023) e o Programa Minha Casa Minha Vida no Brasil (Brasil, 2024) têm como critérios prioritários de elegibilidade mulheres cisgêneras, heterossexuais e mães de família, deixando de fora outras pluralidades de mulheres e demais minorias sexuais (homens trans, intersexos e não-binários, por exemplo).

Apesar da dificuldade de encontrar dados históricos sobre violências contra a população LGBTQIA+ na América Latina, a rede *Sin Violencia LGBTI* (2023) registra que, entre 2014 e 2023, cerca de 2.841 pessoas LGBTQIA+ foram assassinadas na América Latina e Caribe. Os dados da *Sin Violencia LGBTI* (2023) são compilados por uma rede constituída de organizações cívicas dedicadas a garantir os direitos da população sexo-gênero dissidente nesses países e são disponibilizados para uso público, a fim de serem utilizados por governos e organizações internacionais. É importante destacar que os dados enfrentam desafios na coleta e, até mesmo, no apagamento em alguns países, como Haiti, Uruguai, Paraguai, Venezuela e Brasil, o que dificulta a composição real do cenário, que provavelmente apresenta números ainda mais agravantes. A rede *Sin Violencia LGBTI* (2023) destaca o Brasil como um caso particularmente preocupante, não só por sua população maior, mas também pelo aumento significativo de assassinatos e crimes de ódio relatados por ONGs e organizações governamentais contra a população sexo-gênero dissidente.

Nesses países, além do reforço da estrutura binária de gênero, há também um apagamento das pluralidades, uma vez que a população LGBTQIA+ não está contemplada em políticas nacionais de habitação. As políticas públicas que se dirigem a esse grupo populacional se concentram, em sua maioria, em questões de saúde sexual (como o combate às ISTs, sobretudo ao HIV), segurança pública (combate à homofobia, lesbofobia e transfobia), e assistencialismo e serviço social (programas de abrigos temporários, erradicação da fome e mitigação do uso de entorpecentes). Essa herança dos anos 1980 e 1990, período marcado pelo auge das mortes por AIDS, resulta em um sistema cisheteronormativo que homogeneiza todos os corpos LGBTQIA+ dentro de uma única dimensão.

Apesar desse contexto, no Brasil, alguns governos locais estão empreendendo esforços, por meio de seus planos estaduais e municipais de habitação ou através de projetos de lei de deputados estaduais e vereadores, para ampliar o rol de grupos prioritários no programa Minha Casa Minha Vida, a fim de incluir a população travesti, transexual e casais homoafetivos no direito à inscrição nos programas habitacionais. É o caso do estado de Pernambuco, que, em 2020, passou a assegurar às unidades familiares LGBTQIA+ o direito à inscrição nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo poder executivo estadual. Natal (RN) também serve de exemplo, pois, em 2019, sancionou a Lei Municipal nº 6.910, garantindo o direito de casais homoafetivos de se inscreverem como grupo prioritário nos programas de habitação popular do município. Em Belém (PA), desde 2023, foram iniciados mutirões para a inclusão de núcleos familiares LGBTQIA+ no Minha Casa Minha Vida (Assunção, 2023). No que diz respeito à maior política habitacional brasileira, o Minha Casa Minha Vida, restaurado após os anos do Minha Casa Verde e Amarela, ainda não houve uma evolução em diretrizes mais específicas que contemplem outras pluralidades de gênero e sexualidade. Contudo, em maio de 2023, a deputada federal Camila Jara, representante do Mato Grosso do Sul, apresentou o Projeto de Lei nº 2327/2023 (Brasil, 2023), que visa à inclusão de casais em união estável ou casamento homoafetivos, além da população travesti e transexual, com direito à inscrição prioritária em todos os projetos governamentais de habitação, incluindo o Minha Casa Minha Vida (Brasil, 2024). O projeto de lei encontra-se em discussão no Congresso Nacional, sendo atualmente analisado pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, ainda sem previsão de votação ou

avanço.

O tema da habitação para pessoas LGBTQIA+ tem sido tratado no Brasil de forma indireta, por meio de outras políticas e perspectivas. Entre essas iniciativas, destaca-se o Acolhimento Institucional, um importante instrumento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Acolhimento Institucional vem ganhando força com as Casas de Acolhimento LGBTQIA+. Essas Casas de Acolhimento são equipamentos sociais que proporcionam moradia, além de serviços de atendimento médico, psicológico, jurídico e encaminhamento para benefícios sociais, destinados a pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social. Assim, as Casas de Acolhimento LGBTQIA+ têm sido utilizadas como uma tecnologia coletiva de sobrevivência para essa população, que encontra suporte para reconstruir suas vidas, especialmente diante da rejeição causada pela homofobia familiar (Schulman, 2009).

Com o intuito de fortalecer essas instituições, que acolhem pessoas LGBTQIA+ em situação de abandono familiar, risco ou violência, no final de 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) lançou o programa Acolher+ (figura 3), que prevê a publicação de atos para adesão de instituições públicas e privadas, com o objetivo de implementar e fortalecer Casas de Acolhimento para pessoas LGBTQIA+. O programa também prevê a criação de um Comitê de Avaliação e Monitoramento, para acompanhar as ações implementadas pelo Acolher+. O lançamento do Acolher+ faz parte de uma série de projetos encabeçados pelo poder executivo federal para entender melhor as demandas e propor políticas públicas específicas para a população LGBTQIA+. Nesse sentido, também foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Casas de Acolhimento LGBTQIA+, foi lançado o programa Empodera+, que promove a empregabilidade da população LGBTQIA+, e foi publicada a Resolução nº 02/2024, que permite o reconhecimento da pessoa como parte da população LGBTQIA+ exclusivamente por meio de autodeclaração. Está prevista também a 4ª Conferência Nacional LGBTQIA+ para 2025, após anos de hiato e apagamento dessa agenda pelo poder executivo.

A efetivação de uma política a nível nacional de moradia temporária para a população LGBTQIA+ é uma luta antiga, uma vez que a estrutura prevista dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não se ocupa com as especificidades para acolhimento e abrigo para pessoas LGBTQIA+. Esses equipamentos podem ser essenciais para muitas existências LGBTQIA+, já que o processo de reconhecimento e afirmação pública de sexualidades podem ser estabelecidos, anteriormente, dentro de um contexto de convivência familiar violenta e hostil, definida por Schulman (2009) como situação de “homofobia familiar”. Esse contexto de precarização de vidas LGBTQIA+ dentro da estrutura familiar consanguínea também é percebido em outros “níveis sociais como nas escolas e no mercado de trabalho resultando, além da saída do domicílio parental, em evasão escolar e pauperização de jovens” (Duarte; Cymbalista, 2018, p. 8530).

A situação do México pode ser percebida através dos relatórios produzidos pelo relatório de violências do coletivo *LetraEse* (2023). Nesse relatório, o México registrou cerca de 231 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ nos anos de 2021, 2022 e 2023. Entretanto, apesar do número relativamente inferior a outros países da América Latina, o relatório também ressalta a extrema dificuldade de coletar dados oficiais no país, o que leva a crer que há uma grande subnotificação dos números de mortes. Apesar disso, nas últimas décadas, o México tem construído um aparato jurídico para conceder à comunidade sexo-gênero dissidente mexicana mais direitos, dentre eles o direito ao casamento igualitário, adoção entre casais do mesmo sexo, retificação do nome nos



Figura 3 - Lançamento da casa de acolhimento piloto em Belém, com a presença do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania e da Secretária Nacional LGBTQIA+. Fonte: Canhedo, 2024.

documentos oficiais e proibição de terapias de “conversão”¹².

O cenário do México se assemelha ao caso da Argentina, já que, apesar de ter uma construção de garantias jurídicas recentes para a população LGBTQIA+, o direito de acesso à moradia encontra respaldo nas principais políticas de habitação há um certo tempo. A principal política pública mexicana de habitação regulada pelo *Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores (Infonavit)*, de 2002 a 2022, concedeu 43.034 créditos hipotecários em benefício de 21.517 casais do mesmo sexo. A principal linha de crédito do *Infonavit*, a *Unamos Creditos Infonavit*, permite que duas pessoas comprem uma casa sem a necessidade de serem casadas. Essa possibilidade foi crucial para que casais homoafetivos tivessem acesso à moradia antes mesmo da aprovação de leis como do casamento homoafetivo e adoção entre casais do mesmo sexo.

A linha de créditos hipotecários do *Infonavit*, no entanto, apenas beneficia população circunscrita dentro do mercado de trabalho formal. Quando se fala em um recorte populacional que para utilizar seu nome e ter reconhecida a sua identidade ou que para ser atendida em instâncias administrativas, jurídicas, políticas de acordo com a sua existência encontra obstáculos, falar em acesso ao mercado de trabalho formal, acesso a leis trabalhistas e reconhecimento social ainda é um passo distante. Apesar das contradições existentes nas políticas habitacionais mexicanas, a comunidade sexo-gênero dissidente tem se organizado através de cooperativas para criar lares e territórios livres de discriminação e violências.

Esse é o exemplo da cooperativa *Xochiquetzalli* (figura 4), que surgiu em 2019 a partir da ideia do homem gay e ativista Octavio Mandujano na Cidade do México. De acordo com Verdún e Lima (2024), a ideia surgiu enquanto Mandujano concluía seu mestrado em Planejamento e Políticas Metropolitanas, momento em que percebeu que a comunidade LGBTQIA+ não estava dentro do rol de grupo prioritário para políticas de habitação no México. Assim, se inspirando no modelo de cooperativas habitacionais do

¹² As terapias de conversão sexual, são formas de violências psicológicas empregadas por instituições religiosas que visam eliminar orientações sexuais distintas da heterossexualidade. A Resolução nº 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia proíbe que psicólogos desenvolvam ou contribuam para ações que patologizem as homossexualidades no Brasil. Apesar disso, ainda é crescente o número de abrigos, casas terapêuticas e clínicas apoiadas por igrejas pentecostais no Brasil e ao redor do mundo.



Uruguai, Mandujano acabou encontrando em *Xochiquetzalli* a oportunidade de iniciar a cooperativa que hoje conta com cerca de 21 famílias LGBTQIA+ cadastradas. Apesar de não possuir terras, ou estrutura para construir unidades habitacionais, a cooperativa mexicana está oficialmente registrada e tem exercido pressão para alcançar avanços concretos no que diz respeito ao direito das pessoas LGBTQIA+ à moradia digna. Um exemplo disso é o descrito por Verdún e Lima (2024): com base no ativismo da cooperativa, a comunidade LGBTQIA+ conseguiu reformar a lei de habitação local para que pessoas LGBTQIA+ da Cidade do México adquiram habitação através de um modelo cooperativo, algo que podem conseguir através do Instituto de Habitação da Cidade do México (INVI).

O INVI funciona como uma autarquia, uma entidade pública com um perfil maior de autonomia e de ações descentralizadas cuja função é atender quem está em situação de risco e precisa de acesso à moradia na capital, “para isso, oferece um empréstimo ao qual podem candidatar-se cooperativas habitacionais, algo que *Xochiquetzalli* já pode fazer graças ao trabalho de Mandujano” (Verdún; Lima, 2024). Apesar da possibilidade de acesso aos créditos, adquirir terreno na Cidade do México tem sido uma tarefa difícil, visto o *boom* imobiliário propiciado pela chegada de norte-americanos e europeus, em sua maioria nômades digitais, aposentados, que, atraídos pela desvalorização da moeda nacional mexicana e pela facilidade em adquirir propriedades imobiliárias, têm gentrificado e aumentado exponencialmente os valores dos imóveis. Diante disso, a cooperativa não esmoreceu e agora tem se debruçado em analisar outros instrumentos jurídicos que possam garantir o acesso à terra e à habitação social. Ao mesmo tempo, a cooperativa de *Xochiquetzalli* tem se articulado com outras cooperativas habitacionais para estudar a viabilidade de reunião para que possam construir unidades habitacionais no mesmo lote de interesse, unindo esforços e dinheiro para adquirir terras na capital mexicana.

Diferente do Brasil e, de forma semelhante à do México, o cenário de políticas públicas na Argentina encontrou por duas décadas (2003 até 2023) caminhos para incluir a população LGBTQIA+ como público beneficiado em programas nacionais de habitação. Após anos de estagnação econômica e de desinvestimento nas políticas de bem-estar social que levaram a Argentina a um colapso econômico, Kullock e Murillo (2010) destacam que o governo Néstor Kirchner (2003-2008) retoma a agenda

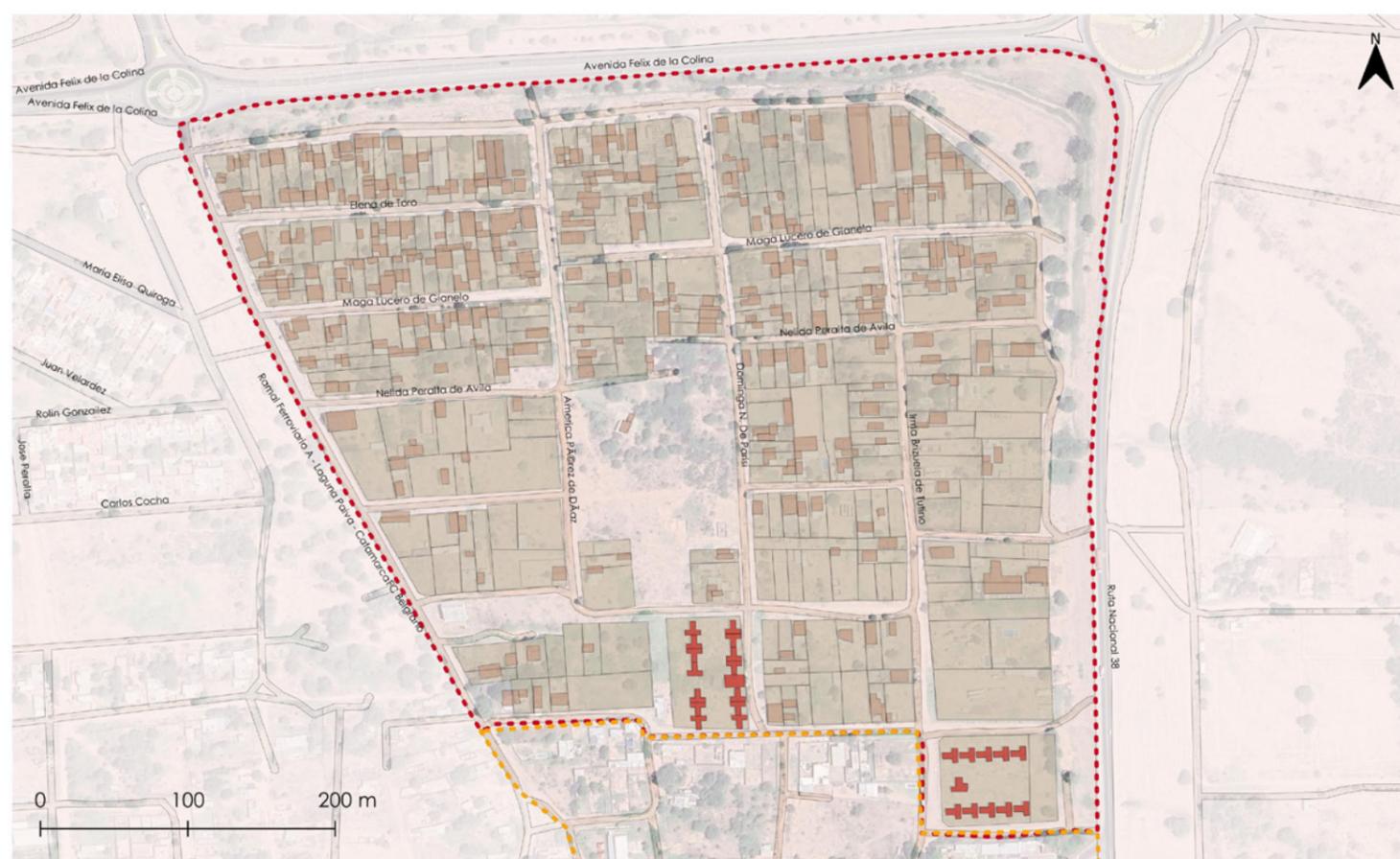
de desenvolvimento social, relança o principal programa de habitação nacional, o FONAVI, e injeta novos recursos provenientes do tesouro nacional para concluir obras inacabadas e produzir novas habitações.

Mestres (2014) destaca que, a partir de 2003, sucessivos planos federais passam a ser uma tentativa do governo de responder à crise social na qual o país estava imerso após anos de estagnação. É nesse momento que programas federais são criados, como o Programa Federal de Emergência Habitacional - cujo objetivo era o provimento de habitação e infraestrutura básica para famílias abaixo da linha da pobreza e em situação de vulnerabilidade (pessoas em emergência e marginalidade) - e o Programa de Solidariedade Habitacional, de caráter semelhante ao de Emergência Habitacional, focado em determinadas áreas do país que concentram maior índice de pobreza e de urgência habitacional.

Importante salientar que tanto os planos de reativação do *FONAVI*, como os novos planos federais de habitação inovaram ao introduzir a formação profissional e geração de novos postos de trabalho como elementos agregados às novas políticas de habitação. Assim, ao mesmo tempo em que se criavam moradias, também se qualificaram os moradores, oferecendo formação em novos ofícios no ramo de construção, infraestrutura e saneamento. É nesse momento também que se há a inclusão das mulheres, chefes de lar, e de outras dissidências sexuais (população trans e travesti, por exemplo) como grupos prioritários para beneficiamento das políticas de habitação, facilitando-lhes o acesso ao direito à moradia e reconhecendo o recorte do gênero como um dos elementos a serem observados na produção de políticas habitacionais.

É importante pontuar especificamente o Programa Federal de Emergência Habitacional, uma vez que demandou o envolvimento de diversos setores do Governo Federal (Mestres, 2014). Estiveram envolvidos na implementação desse programa o Ministério do Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério de Trabalho, Emprego e Serviços e Seguridade Social. O Programa de Emergência Habitacional também inovou ao incentivar a reunião de chefes e chefas de família em cooperativas de trabalho, com intuito de criar frentes de trabalho ante a dificuldade de geração de empregos estáveis para as camadas mais populares. Esses dois fatores – envolvimento interministerial e associativismo por cooperativas – são pontos importantes que vão reaparecer em 2021 quando, na implementação do programa *Habitar en Igualdad*, uma associação de mulheres transsexuais pleiteia do Governo Federal o direito à moradia e capacitação profissional. Outro momento importante para consolidação da população LGBTQIA+ em políticas públicas de habitação é a partir da gestão presidencial Alberto Fernández (2019-2023). Barreto (2022) ressalta que a retomada desenvolvimentista trazida pelo governo Fernández influencia as políticas de habitação. A criação do *Ministerio del Habitat y Vivienda* como uma das primeiras medidas do governo sinalizou que este teria como uma de suas principais bases o enfrentamento das questões habitacionais.

O decreto nº 7/2019 que instituiu o Ministério representou um marco para as lutas pelo direito à moradia na Argentina, já que permite uma maior participação de setores populares na organização de suas moradias e defende a integração sociourbana de bairros populares, além de instrumentos para regularização do solo e planejamento urbano. O decreto reconhece, expressamente, a habitação como um direito social que deve ser implementada através de várias políticas nacionais e por meio de programas que atendam à diversidade dos lugares e de indivíduos. Barreto (2022) destaca que o decreto também designou o Ministério do Desenvolvimento Social como competente para promover moradia digna para a população argentina. É justamente uma parceria interministerial entre o *Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat* e o *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad* que, ainda em 2021, através da Resolução Conjunta nº



Legenda
 --- Limite bairro Humberto Arturo Illia -.-.- Limite bairro Victoria Romero ■ Renacer I e Renacer II

Figura 5 - Localização das quadras Renacer I e Renacer II em La Rioja (coordenadas: -29.443451°, -66.837554°). Fonte: Google Earth, 2024, adaptado pelos autores.

04/2021, se cria o programa federal de habitação intitulado *Habitar en Igualdad*, com intuito de impulsionar políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano a partir de uma perspectiva de gênero, dirigida às mulheres e à comunidade LGBTQIA+.

De acordo com as diretrizes gerais da resolução conjunta que institui o *Habitar en Igualdad*, o programa tem como objetivo gerar linhas de ação que permitam a inclusão, participação e formação de mulheres e população LGBTQIA+ nos processos vinculados ao acesso de construção de moradias, assim como à formação de ofícios associados e à geração de um espaço urbano mais inclusivo (Argentina, 2021). As diretrizes gerais ainda determinam como objetos específicos do programa: a) impulsionar as perspectivas de gênero e diversidade nas políticas públicas de acesso à moradia digna e nas políticas de planejamento, desenvolvimento e construção de equipamentos urbanos e rurais; b) promover a participação de mulheres e da população LGBTQIA+ nos processos de desenho, planejamento, desenvolvimento e supervisão/monitoramento das políticas públicas de acesso à moradia digna, de produção de solo e desenvolvimento urbano; c) fomentar a igualdade para mulheres e população LGBTQIA+ tanto no acesso quanto aos melhorias das habitações, assim como ao desenho e uso do espaço público; e d) elaborar de forma conjunta entre os ministérios, critérios de priorização para atribuição de moradias que contemplem em particular as necessidades de pessoas em situação de violência por motivos de gênero.

No entanto, como mencionado anteriormente, a única província argentina a aderir ao programa *Habitar en Igualdad* foi a província de La Rioja, localizada no norte argentino, através de uma forte mobilização de ativistas travestis e transsexuais e da *Fundación Vamos a Andar*, gerido pela deputada e ativista Hilda “Beba” Aguirre. Através de uma breve conversa realizada com a deputada Hilda Aguirre na Câmara de Deputados, em janeiro de 2024, pudemos compreender os caminhos traçados pela comunidade sexo-gênero dissidente para efetivar políticas de direito à moradia. De acordo com a



Figura 6 - Construção das primeiras unidades do Renacer I em La Rioja em Janeiro de 2024. Fonte: Fundava, 2024.

deputada, o trabalho em La Rioja começou em 2008, quando Hilda Aguirre, instada pelo coletivo de mulheres trans que se denominam *Chicas Trans Autoconvocadas*¹³, após negociações com o então governador da província de La Rioja, Luis Beder Herrera, consegue incluir o coletivo como grupo beneficiado pelo Plano Angelelli e conquistar 25 lotes para construção de moradias.

Hilda Aguirre ainda informou, durante a conversa, que os lotes conquistados se encontravam na periferia da cidade de La Rioja, mas que a partir de 2019, com o lançamento do *Habitar en Igualdad* e adesão da província, foram escolhidos novos lotes encravados dentro do bairro Victoria Romero e vizinho a outro bairro (Humberto Arturo Illia), áreas já consolidadas no tecido urbano e mais integradas com a cidade como um todo, conforme se observa na figura 05. A atuação da deputada se deu também através da *Fundación Vamos a Andar* (Fundava), uma entidade fundada por ela em 2015 na periferia da capital de La Rioja. A Fundação oferece serviços de assistência social, educação e cultura às pessoas em vulnerabilidade social, sobretudo para crianças, mulheres e população LGBTQIA+. A deputada ainda destacou como crucial para efetivação do programa na capital riojana a sua amizade e proximidade com Solange Luna, mulher trans, ativista e uma liderança reconhecida entre as demais companheiras trans e travestis na região. Hilda Aguirre admite que através de sua proximidade com Solange Luna foi possível conhecer e se aproximar da luta por direitos da população LGBTQIA+.

¹³ A denominação *autoconvocadas* utilizada pelo coletivo *Chicas Trans Autoconvocadas de La Rioja*, é inspirada no ativismo do movimento feminista argentino que, ao propor encontros, mutirões, manifestações, permitem que as próprias mulheres proponham pautas, diretrizes, ações e atividades. O movimento *Ni Una a Menos*, os Encontros Feministas da América Latina e do Caribe, são exemplos de movimentos de feministas autoconvocadas.



Assim, com os 25 novos lotes, quadras novas foram planejadas/encravadas dentro de um outro bairro preexistente. O projeto arquitetônico e urbanístico foi realizado pelo arquiteto Luis Alberto Peralta, contratado diretamente pela *Vamos a Andar*, entidade responsável por alocar o recurso financeiro oriundo do *Habitar en Igualdad*. Contudo, de acordo com as informações da Fundava (2024), o processo do desenho, do programa de necessidades e do zoneamento teve a participação dos futuros habitantes das quadras, através de reuniões realizadas na sede da Fundação e participação da deputada Hilda Aguirre, que, por exemplo, solicitou que fossem implementados espaços no meio dessas novas quadras em que pudessem ser implantados centros de capacitação profissional e/ou lojas para comércio e serviços oferecidos pela própria população residente do bairro. Ainda de acordo com a Fundava (2024), o bairro Victoria Romero possui mais de 70 famílias e foram adicionadas duas novas quadras (*Renacer I* e *Renacer II*), que abrigarão 25 novas casas (figura 06) com um total de 75 pessoas. Dentro do público beneficiado, existem mulheres transsexuais, travestis, lésbicas, homens gays e mulheres cisheterossexuais vítimas de violência doméstica, o que demonstra uma visão ampliada com recortes de gênero e da sexualidade. A seleção das pessoas beneficiadas, de acordo com a Fundava (2024), deu-se também pelo intermédio da própria Fundação, dentro do público costumeiramente atendido nas dependências da Fundava e beneficiários de programas federais de assistência social.

Em 13 de abril de 2024, conforme se observa na figura 07, foram entregues as primeiras 11 unidades habitacionais que possuem 60m², compostas por dois quartos, cozinha, sala de jantar e banheiro. Além disso, as unidades habitacionais possuem, a pedido dos próprios habitantes de acordo com a Fundava (2024), pé-direito alto para melhor resfriamento interno em períodos de calor, sistema de placas solares e aquecimento de água elétrico para os períodos de inverno e estacionamento na parte anterior para automóveis e na parte lateral da casa para motocicletas. As unidades também foram entregues com balcão e armários na cozinha, fogão e itens do banheiro. Já o entorno da nova quadra foi urbanizado com abertura das vias, pavimentação, calçadas, instalação de rede de água potável, rede elétrica e de telefonia e iluminação pública. A expectativa, segundo a Fundava, é que o restante das unidades habitacionais, assim



como a arborização, paisagismo e os equipamentos comunitários sejam finalizados até o final de 2024.

Apesar da conquista histórica do acesso à moradia e do impacto positivo para a comunidade LGBTQIA+ em La Rioja, até o presente momento da pesquisa não se tem notícia se haverá continuidade do *Habitar en Igualdad*. Com a ascensão do governo Javier Milei no final de 2023, vários ministérios e suas políticas correlatas foram extintos, desarticulados ou estão em estado de indefinição. O *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad*, assim como o de *Desarrollo Territorial*, que foram responsáveis por lançar o programa, foram extintos e seus programas estão nesse cenário de desmantelamento e/ou incertezas. Não obstante a esse cenário, a verba destinada ao *Renacer I* e *Renacer II* em La Rioja já foi aprovada no Governo Federal anterior e, de acordo com as informações da Província de La Rioja e da Fundava, estas não podem ser retiradas em virtude de contratos firmados pelos poderes públicos, sob o risco de se configurar crime na esfera da administração pública. Assim, o que se espera é que as unidades habitacionais remanescentes, assim como os equipamentos comunitários, sejam finalizados e entregues.

Considerações Finais

É dentro dos debates sobre a condição precária à qual as vidas LGBTQIA+ estão expostas na América Latina, e sobre as formas que esse recorte populacional encontrou para construir formas de habitar e de ser visto nas cidades e de sobreviver que o presente trabalho foi criado. Brasil, Argentina e México possuem já há algum tempo, dentro de seu arcabouço jurídico e de políticas públicas, dispositivos que garantem direitos sociais à população LGBTQIA+: o casamento homoafetivo, a adoção homoafetiva, a alteração de nome e gênero em documentos oficiais, são alguns exemplos da conquista desses direitos (recentes) na América Latina.

Apesar disso, a luta por uma vida plena de direitos para a comunidade sexo-gênero dissidente (fora do enquadramento cisgênero, homem e mulher) ainda não passa de uma ficção. Estatísticas oficiais que não registram de forma eficiente o recorte populacional LGBTQIA+, dados que não coletam de forma ampla o índice de violências e mortes contra esse mesmo grupo, além do apagamento e omissão desses em programas, planos, projetos e políticas públicas são claros exemplos de que a garantia de alguns poucos direitos sociais não pode ser considerada suficiente para garantir melhores condições de vida à população LGBTQIA+ e nem sociedades mais democráticas e justas.

Dentro do grupo de políticas que omitem ou apagam essa população, o presente artigo se ocupou daquelas destinadas à habitação. México, Brasil e Argentina não contam com amplos instrumentos para efetivar a fruição desse direito, mas, apesar disso, micropolíticas insurgentes encontradas nesses três cenários têm buscado formas de introduzir grupos sociais minoritários dentro dos principais programas de habitação. Esse movimento rebelde, de cunho coletivo, multi-identitário, definido por Preciado como multidões *queer*, tem mostrado que novos territórios e novas formas de habitar a/na cidade ainda são possíveis.

São cenários que ilustram de que é possível, para as multidões *queer*, encontrar espaços dentro da biopolítica contemporânea para se fazer ver e existir à revelia do sistema heterocêntrico: os movimentos de representantes políticos do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul, provocados pela população LGBTQIA+ no Brasil, encontrando brechas dentro do Minha Casa Minha Vida para inscrever estes indivíduos como grupo prioritário beneficiário de programas habitacionais; as cooperativas habitacionais na Cidade do México, que pressionam instâncias políticas e jurídicas para modificar leis e normativas de garantia de moradia, linhas de crédito e coabitação para essa mesma população; e o coletivo *Chicas Trans Autoconvocadas* de La Rioja, na Argentina, que após décadas de luta, conseguiram titularidade de terras e captar verbas de um programa federal para construção de um bairro.

Contudo, apesar desses caminhos políticos para efetivação do direito à moradia de grupos minoritários observados no Brasil, México e Argentina, é preciso ter cautela para que políticas habitacionais não acabem por apenas segregar corpos dissidentes do espaço urbano, ao invés de produzir cidades mais democráticas e diversas. Para tanto, assim como os estudos de gênero já saíram do armário, é preciso que os estudos de arquitetura e urbanismo, sobretudo aqueles que se dedicam às políticas de habitação também arranquem as portas dos armários. Já não é mais possível pensar em projetar, planejar, cidades a partir de um pensamento baseado no funcionalismo em detrimento das subjetividades, na universalização de corpos. A estratégia encontrada pela *Cooperativa Xochiquetzalli* de se unir a outras cooperativas, como trabalhadores e população de baixa renda que combatem à gentrificação e os altos preços imobiliários na Cidade do México e a estratégia encontrada pela Província de La Rioja, mostra que é possível construir políticas habitacionais e desenhar novos espaços para habitação LGBTQIA+ a partir de uma pauta identitária, sem criar espaços de segregação, exclusão ou vulnerabilização dessa população, ao criar quadras dentro de um bairro existente e já consolidado com unidades habitacionais destinadas à população LGBTQIA+ riojana, permitindo que essa população viva próxima entre si mas sem estar segregada do tecido urbano.

Por fim, é preciso, ainda, estimular debates sobre as políticas habitacionais que estão postas, sobretudo do ponto de vista do homem cisheterossexual, branco, ocidental, assim como é importante publicizar os avanços e brechas encontrados pelas coletividades *queer* dentro de diferentes realidades insurgentes. Além disso, também é necessário dar continuidade aos estudos das questões de gênero nas políticas

públicas de habitação, sobretudo a partir de países da América Latina que contam com um grande contingente populacional carente de moradia e de políticas públicas de bem estar social.

Referências

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS. *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023*. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.

ARGENTINA. *Habitar en igualdad*. Argentina.gob.ar, Buenos Aires, 02 jun. 2021. Acessado em 22 abr. 2023. Online. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/habitat/casapropia/convenios-con-organismos/habitar-enigualdad#:~:text=Junto%20con%20el%20Ministerio%20de,perspectiva%20de%20g%C3%A9nero%20y%20diversidad>

ASSUNÇÃO, Joyce. *Prefeitura faz o primeiro mutirão para cadastrar pessoas LGBTI+ no programa Minha Casa, Minha Vida*. Agência Belém, Belém, 24 mar. 2023. Acessado em 02 fev. 2024. Online. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/232735/prefeitura-faz-o-primeiro-mutirao-para-cadastrar-pessoas-lgbti-no-programa-minha-casa-minha-vida#:~:text=Com%20o%20mutir%C3%A3o%20de%20cadastramento,essa%20parcela%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20belenense>

BARRETO, Miguel Ángel. La política habitacional argentina en perspectiva histórica: entre las buenas intenciones y las restricciones estructurales. *A&P Continuidad*, Rosario, v.09, n.16, p.90-99, 2022.

BRASIL. *Lei nº 8.742, 07 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993.

BRASIL. *Portaria nº 755, 05 de dezembro de 2023*. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+ - Programa Acolher+. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023.

BUENOS AIRES. *Observatorio de crímenes de odio LGBT+*: motivados por discriminación por orientación sexual, expresión e identidad de género. Buenos Aires, 05 jan. 2024. Acessado em 02 abr. 2024. Online. Disponível em: <https://falgbt.org/ultimo-informe/>

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

COLOMINA, Beatriz. *Arquitetura, sexualidade e mídia*. São Paulo: Editora Escola da Cidade, 2023.

CORTÉS, José Miguel Garcia. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

DELUCHEY, Jean-François Yves. *Pesquisa em ciências sociais*. Cuiabá: Mimeo, 2012.

DUARTE, Artur Souza; CYMBALISTA, Renato. A casa 1: habitação e diálogo entre público e privado na acolhida de jovens LGBT. 2018, *Anais*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018. Acessado em 18 jun.2024. Online. Disponível em: <https://www.enanparq2018.com/copia-resultados>. Acesso em:

18 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.

HARAWAY, Donna. *A cyborg manifesto: science, technology and socialist feminism in the late twentieth century*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1985.

KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KULLOCK, David; MURILLO, Fernando. *Vivienda social en Argentina: un siglo de estrategias espontáneas y respuestas institucionales 1907-2007*. Salta: Eucasa, 2010.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender: essays on theory, film and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LAZZARATO, Maurizio. *Puissances de l'invention: la psychologie économique de Gabriel Tarde contre l'économie politique*. Paris: Les Empêcheur de Penser en Rond, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madri: Capitán Swing, 2013.

LETRAESE. *La violencia lgbtfóbica en México, 2023: reflexiones sobre su alcance letal*. Cidade do México: Letra S, Sida, Cultura y Vida Cotidiana A.C., 2023.

MESTRES, Gonzalo Ibáñez. *Políticas habitacionais na Argentina: o padrão de intervenção estatal em habitação social no período 2003 – 2013*. 2014. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 2014.

NATAL. *Lei nº 6.910, de 12 de junho de 2019*. Dispõe sobre o direito das pessoas que mantém união estável ou casamento homoafetivo à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação popular, e dá outras providências. Natal: Câmara de Vereadores, 2019.

OLIVEIRA, Cleide Ester de; BITTENCOURT, Nadir de Fátima; SOUZA, Veralúcia G.; PIMENTEL, Paulo Sesar; ORMOND, Kátia Terezinha P.; SILVA, Isabel Cristina. As construções do pânico moral a partir das questões de gênero e sexualidade nos discursos ultraconservadores no Brasil. *Revista Ex Aequo*, Lisboa, n. 41, 2020.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017. Cap. 02, p. 62-128.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Bagoas*, Natal, v.04, n. 05, p.67-78, 2010.

SIN VIOLENCIA LGBTI. *Informe Anual: Homicidios de personas LGBTI+ en América Latina y el Caribe*, 2023. [S.I.]: Red Sin Violencia LGBTI, 2023. Disponível em: <https://sinviolencia.lgbt/informes/>. Acesso em: 09 out. 2024.

VERDÚN, Facundo; LIMA, Tonás. *Construir la vivienda en colectivo*. Altavoz LGBT+, 20 fev. 2024. Acessado em 03 abr. 2024. Online. Disponível em: <https://altavoz.lgbt/construir-la-vivienda-en-colectivo/>

WACQUANT, Loïc. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, p.155-164, 2004.

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.